

A resposta às desigualdades socioeconómicas como base para a paz: uma abordagem alternativa aos conflitos?*

Addressing socio-economic inequalities as a basis for peace: an alternative approach to conflict?

Daniela Nascimento¹

Resumo

Desde o final da Guerra Fria, o imperativo da paz liberal tornou-se um fim em si mesmo defendido com o intuito de legitimar os meios usados nas tentativas de prevenir e/ou resolver conflitos em sociedades étnica e religiosamente divididas, dando lugar a algumas contradições nas práticas atuais em matéria de *peacebuilding*, visando construir paz. A ampliação dos esforços e estratégias da paz liberal face a conflitos violentos tem sido vista não só como uma solução para as complexidades das chamadas ‘novas guerras’ das periferias através da promoção de processos de liberalização, democratização e promoção dos direitos humanos mas também como uma espécie de projeto hegemónico levado a cabo por, e de acordo com, as normas, poder e interesses das grandes potências (RICHMOND, 2007, p. 75). Reconhecendo a necessidade de desconstruir visões simplistas sobre o papel dos fatores étnicos e religiosos com causas de conflito violento interno frequentemente assumidas e partilhadas por muitos dos atores envolvidos nestes processos, neste artigo argumentamos que a resolução eficaz deste tipo de conflitos e a promoção de dinâmicas de paz mais estrutural e sustentável implica evitar modelos e conceitos acríticos e, acima de tudo, responder às desigualdades sociais e económicas mais profundas e complexas que estão frequentemente em causa.

Palavras chaves: Desigualdades socioeconómicas. Paz. Conflito. Violência.

Abstract

Ever since the end of the Cold War, the liberal peace imperative has become an end in itself defended with the aim of legitimizing the instruments used in the attempts to prevent and/or resolve violent conflicts in ethnically or religiously divided societies, giving place to contradictions in current peacebuilding practices aimed at building peace. The broadening of goals and strategies sustaining liberal peace in the face of violent conflicts has been viewed not only as a solution for the complex nature of the so-called ‘new wars’ of the periphery through the promotion of liberalization, democratization and human rights promotion processes, but also as some sort of hegemonic project led by, and according to, the norms, power and interests of the major powers (RICHMOND, 2007, p. 75). Acknowledging the need to deconstruct simplistic visions on the role of ethnic and religious factors as causes of violent internal conflict, often assumed and shared by many of the actors involved in this

* Recebido em 08/08/2013.

Aprovado em 03/09/2013.

¹ Professora Auxiliar de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Doutora em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Email: danielan@fe.uc.pt.

processes, in this article we argue that an effective and sustainable resolution of these conflicts and the promotion of more structural peace dynamics requires avoiding acritical models and concepts and, above all, addressing the deep and complex socioeconomic inequalities usually at stake in these societies.

Keywords: Socio-economic inequalities. Peace. Conflict. Violence.

1 Introdução

Desde o final da Guerra Fria que as questões da paz e do desenvolvimento têm estado intimamente relacionadas, com as Nações Unidas e outros atores internacionais mais ou menos empenhados em responder aos duplos imperativos de manutenção da segurança e promoção do desenvolvimento através de abordagens integradas e políticas multidimensionais. Simultaneamente, os objetivos das políticas de *peacebuilding* foram sendo significativamente ampliados, progressivamente incorporando objetivos de prevenção e gestão de conflitos, além da reconstrução no pós-conflito (TSCHIRGI, 2003, p. i). No seguimento destas mudanças, o imperativo da paz liberal tornou-se um fim em si mesmo defendido com o intuito de legitimar os meios usados, dando lugar a algumas contradições nas práticas contemporâneas visando, desejavelmente, construir paz da base para o topo (RICHMOND, 2007, p. 128).

Esta ampliação e globalização dos esforços e estratégias da paz liberal face a conflitos violentos tem sido vista não só como uma solução para as complexidades das chamadas ‘novas guerras’ das periferias, através da promoção de processos de liberalização, democratização e promoção dos direitos humanos, mas também como uma espécie de projeto hegemónico levado a cabo por, e de acordo com, as normas, poder e interesses das grandes potências (RICHMOND, 2007, p. 75). Definida e difundida como uma espécie de cura para a marginalização económica e visando o desmantelamento de regimes patrimoniais, a liberalização tem, até agora, contribuído para o aumento e não diminuição das tensões estruturais existentes (CHABAL et al, 2005, p. 39). Tal imposição de modelos e valores liberais tem contribuído inevitavelmente para que estratégias eficazes e sustentáveis de paz se transformem em objetivos praticamente inalcançáveis.

Para muitos autores, a principal explicação e justificação para os falhanços consecutivos nas respostas a conflitos violentos e promoção de uma paz sustentável no quadro da paz liberal tem sido, e continua a ser, a pouca atenção conferida às causas mais profundas e estruturais da violência. Neste sentido, o falhanço na identificação e resposta a estas causas mais profundas levará inevitavelmente ao falhanço e insustentabilidade dos processos de paz e resolução de conflitos.

Contudo, esta continua a ser uma visão frequentemente contestada. Susan Woodward (2007), por exemplo, identifica dois grandes problemas nesta discussão: em primeiro lugar, por ser tão amplamente partilhada e sujeita a variações em termos de resultados acaba por deixar pouca margem para que haja investigação mais aprofundada da relação entre políticas e práticas de intervenção e das suas possíveis consequências em cada caso; em segundo lugar, considera que esta é, provavelmente, uma explicação errada e falsa. Woodward propõe então três conjuntos de razões pelas quais um enfoque nas causas profundas dos conflitos poderá não melhorar significativamente os resultados e eficácia destas políticas (podendo mesmo ser contraproducentes): (1) o conhecimento sobre as causas profundas dos conflitos e a forma como definem políticas; (2) a recente investigação sobre guerras civis que distingue entre as causas da guerra e as causas da violência e as transformações causadas pelas guerras; (3) e os interesses daqueles que são importantes na intervenção (WOODWARD, 2007). A sua análise destas razões centra-se, por sua vez, em três grandes razões. A primeira questão diz respeito ao que realmente conhecemos sobre as causas dos conflitos internos? As políticas destinadas a pôr fim à violência e criar paz aquando das intervenções têm também sido largamente moldadas por um ou mais dos três principais argumentos causais relativamente às causas dos conflitos: o argumento cultural (o conteúdo cultural das sociedades dita caminhos para a paz ou para a violência), o argumento económico (os conflitos civis são causados por grupos rebeldes que procuram ter ganhos económicos e criar economias de guerra paralelas), e o argumento do regime político (os conflitos civis são causados por regimes ditatoriais e pelo falhanço da democracia).

O argumento principal de Susan Woodward relativamente a esta questão é o de que estes três argumentos e preocupações podem parecer perfeitamente compreensíveis e válidos. Contudo, se estratégias eficazes de *peace-*

building dependem da resposta às causas estruturais dos conflitos e se o conhecimento em que assentam essas políticas estiver errado, então as intervenções podem acabar por causar mais danos do que o simples ignorar das causas estruturais². Além disso, e talvez mais importante, as partes e atores envolvidos irão inevitavelmente discordar no que toca à identificação dessas mesmas causas sendo essa discordância o resultado óbvio da natureza complexa e multi-causal da violência e dos conflitos (WOODWARD, 2007).

A segunda questão diz respeito ao que a investigação mais recente sobre as dinâmicas dos conflitos civis nos diz sobre o papel que as suas causas poderão desempenhar em termos de resolução dessa violência. Ao tentar compreender porque é que as causas profundas dos conflitos poderão não interessar necessariamente para a sua resolução, é importante reconhecer a dinâmica e a natureza mutável do próprio conflito. Nesse sentido, responder eficazmente a estas dinâmicas violentas e promover uma paz sustentável requer a definição de respostas adequadas face aos resultados da realidade e às mudanças geradas pelo conflito (WOODWARD, 2007).

Em terceiro e último lugar, como é que os *policy-makers* e os atores no terreno (que decidem se e como intervir) respondem a essas causas a partir do momento em que percebem quais elas são. Com vista a compreender se as causas mais profundas do conflito realmente importam aquando da definição de estratégias de paz, Woodward (2007) sugere que é preciso desde logo perceber a quem realmente interessam essas causas. Nesse sentido, argumenta que tem de haver igualmente um levantamento do grau de compatibilidade entre a importância de levar a sério as causas estruturais e os interesses e motivações dos que intervém e definem, à partida, as abordagens e políticas para resolver conflitos e promover a paz. Esta visão está claramente relacionada com o reconhecimento da natureza altamente política dessas mesmas estratégias de *peacebuilding*, questionando-se, assim, a real importância

e utilidade das causas estruturais aquando da definição das políticas consideradas apropriadas para resposta ao conflito (WOODWARD, 2007). Em suma, este argumento assenta em três suposições fundamentais: as análises sobre as causas dos conflitos que partem de pressupostos errados podem, então, resultar em respostas que, em última instância, causam mais dano no futuro (eventualmente contribuindo para a perpetuação e/ou agudização do conflito); em segundo lugar, compreender e responder a essas causas pode desviar atenção do papel crucial desempenhado pelas mudanças resultantes do próprio conflito; finalmente, a identificação destas causas estruturais corresponde frequentemente apenas aos interesses mais amplos daqueles que lideram as estratégias de intervenção podendo resultar, portanto, em respostas inadequadas e/ou contraproducentes. Apesar destas visões mais críticas, o designado ‘consenso’ em torno do modelo de *peacebuilding* provou ser bastante ambicioso, resultando frequentemente numa ‘paz virtual’ baseada em tentativas bastante contestadas de exportação do modelo demoliberal através de intervenção militar e/ou (re)construção de instituições de natureza social, política e económica (RICHMOND, 2007, p. 150).

Contudo, a existência cada vez mais frequente de conflitos internos violentos e que não correspondem às divergências ideológicas tradicionais, foi confrontando os atores internacionais com desafios importantes em termos das suas reais capacidades em compreender corretamente as causas e as dinâmicas mais profundas dos conflitos e, conseqüentemente, em definir estratégias e instrumentos de resposta e prevenção mais adequados e eficazes. Crises contínuas, maioritariamente concentradas em África e na América Latina contribuíram para uma maior consciência para o facto de os conflitos internos violentos serem mais frequentes em países com índices socioeconómicos mais baixos (ELLINGSEN, 2000, p. 238), bem como para a forma como os fatores políticos e económicos mais estruturais desempenham um papel crucial para que um determinado país possa ser mais propenso ao conflito interno violento.

Se um determinado país é caracterizado por problemas políticos graves, tais como discriminação política e económica, ideologias excludentes, disputas políticas inter-grupais que possam gerar ou alimentar dinâmicas de exclusão e desigualdade, o conflito interno violento poderá ser mais provável (BROWN, 1997, p. 9). Nes-

² Investigação mais recente sobre as causas dos conflitos internos centra-se nas fundações a nível micro e tem resultado numa importante distinção, sugerida por Stathis Kalyvas, entre as causas da violência nas guerras civis e as causas das guerras civis. De acordo com Kalyvas, essas causas não são necessariamente as mesmas. Para explicar a violência, é preciso olhar para as causas pessoais e locais e não para as narrativas causais da macropolítica frequentemente adotadas e consideradas por atores externos envolvidos nestes processos de construção da paz (KALYVAS, 2006 *apud* WOODWARD, 2007.).

ta mesma linha, os fatores que podem ser identificados como potenciais fontes de conflito interno violento estão associados a problemas de natureza econômica e social, nomeadamente sistemas e políticas discriminatórias, normalmente resultantes de processos acelerados e atribulados de modernização e crescimento econômico (BROWN, 1997, p. 10). Nesse sentido, um enfoque na estabilização e ordem política e militar é claramente insuficiente para pôr fim a conflitos desta natureza complexa associados também a tensões e rivalidades étnicas ou religiosas sustentadas e/ou agravadas por interesses e desigualdades políticas, econômicas e sociais profundas (JEONG, 2005, p. xi). Neste artigo, e reconhecendo a necessidade de desconstruir visões simplistas sobre o papel dos fatores étnicos e religiosos com causas de conflito violento interno partilhadas e assumidas por muitos dos atores envolvidos nestes processos, argumentamos que a resolução eficaz destes tipos de conflito e a promoção de dinâmicas de paz mais estrutural e sustentável implica evitar modelos e conceitos acrílicos e, acima de tudo, responder às desigualdades sociais e econômicas mais profundas e complexas que estão frequentemente em causa. Subjacente a esta análise está a consciência de que para um combate eficaz a essas desigualdades, os atores envolvidos nos processos de prevenção e *peacebuilding* devem reconhecer e incorporar, de forma transversal, garantias em matéria de direitos econômicos e sociais. Tal implica obviamente a redefinição das prioridades que são tradicionalmente assumidas no que diz respeito aos direitos humanos como uma condição essencial para a paz. Uma das principais críticas a este respeito no quadro dos modelos dominantes de *peacebuilding* e de paz liberal é o fato de que os direitos humanos são reconhecidos como importantes, mas implementados de forma bastante limitada. No quadro do discurso da paz liberal, os direitos humanos são essencialmente associados à sua dimensão civil e política, ignorando-se e negligenciando-se a sua dimensão social e econômica igualmente fundamental.

É um facto que em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecia que todos os seres humanos são detentores de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que devem ser amplamente respeitados e cumpridos para seu bem-estar. Todos estes direitos foram igualmente enquadrados e definidos como interdependentes e indivisíveis. Contudo, a evolução do sistema de proteção universal dos direitos humanos

acabou por mostrar que tanto internamente como internacionalmente a prioridade é frequentemente dada aos direitos de natureza civil e política e não aos direitos econômicos, sociais e mesmo culturais. O falhanço dos atores internacionais em elaborar e consolidar o conteúdo e níveis de implementação destes últimos foi, assim, perpetuando a ideia de que estes direitos, comparativamente com os direitos civis e políticos, são menos fundamentais para a dignificação da pessoa humana (PUTA-CHEKWE; FLOOD, 2001, p. 43). Contudo, e como refere Jack Donnelly,

Human dignity, the realization of which is the aim of human rights, cannot be reduced to dimensions that can be encompassed by a short or narrow list of “basic” human rights. All human rights are “basic rights” in the fundamental sense that systematic violations of any human right preclude realizing a life full of human dignity – that is, prevent one from enjoying the minimum conditions necessary for a life worthy of a human being. (DONNELL, apud PUTA-CHEKWE; FLOOD, 2001, p. 45)

Os direitos econômicos e sociais básicos e fundamentais tal como definidos e previstos nos principais tratados internacionais de direitos humanos incluem, pois, o direito ao trabalho, à educação, a um nível de vida adequado, à saúde e bem-estar, à habitação, à alimentação, ao apoio social, entre outros (PUTA-CHEKWE; FLOOD, 2001, p. 46) sem quaisquer tipos de discriminação. Apesar de as Nações Unidas e outras organizações internacionais terem tentado desenvolver uma abordagem mais inclusiva e abrangente em termos do seu trabalho, nomeadamente no que diz respeito às questões de direitos humanos em contextos de conflito violento, os resultados práticos dessa componente no quadro mais amplo das estratégias e instrumentos de prevenção de conflitos e *peacebuilding* têm-se mostrado bastante limitados e insatisfatórios. As instituições e atores envolvidos nestes processos, que são igualmente responsáveis por contribuir para a concretização desses direitos, falham frequentemente no seu papel, sendo muitas vezes contraproducentes (TIGERSTROM, 2001, p. 139). Esta tendência reflete, em alguma medida, uma grande distância entre a teoria e a prática no que aos direitos humanos diz respeito e as ainda existentes (senão dominantes) lacunas do atual modelo de *peacebuilding*, tanto conceptualmente como na prática. Esta tendência perversa para traçar uma linha distintiva entre direitos civis e políticos e direitos sociais e econômicos ignora e subestima a necessidade de uma ação global e conjunta

no terreno partindo da consciência de que a violação e negligência relativamente a estes dois conjuntos de direitos fundamentais pode efetivamente criar tensões e gerar violência, contribuindo para a emergência e/ou perpetuação do conflito.

Além disso, as atividades na área dos direitos humanos tendem a estar concentradas em normas e procedimentos, raramente tocando todas as áreas relevantes em matéria de *policy-making*, em especial no que diz respeito aos direitos económicos e sociais. As políticas socioeconómicas neoliberais, normalmente associadas à ideologia e à prática da paz liberal, têm-se assim tornado elementos e condições raramente contestados no quadro das ações externas de intervenção e reconstrução de sociedades devastadas pelo conflito violento (PUGH, 2005, p. 1). Como consequência da implementação destes modelos dominantes de assistência internacional em cenários de conflito e pós-conflito violento tendem a reproduzir e perpetuar as lacunas e as falhas de estruturas políticas, económicas e sociais já frágeis invisibilizando ainda mais as causas profundas da violência nestas sociedades, especialmente naquelas onde as desigualdades socioeconómicas são estruturais e profundamente enraizadas.

Neste contexto, e como sublinha Jeong (2005), uma consideração demasiado restrita sobre o controlo da inflação e outras technicalidades nestes cenários raramente é suficiente para pôr fim ou prevenir conflitos violentos. De modo a reduzir as desigualdades e potenciais animosidades delas resultantes, sobretudo em sociedades heterogéneas do ponto de vista étnico e/ou religioso, devem ser considerados de forma séria os aspetos distributivos das políticas macroeconómicas no quadro mais amplo das necessidades de estabilização política (JEONG, 2005, p. 12). O crescimento económico e os padrões de distribuição de rendimento devem igualmente ser considerados num quadro integrado de atuação política, económica e social com vista à construção de relações harmoniosas entre os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, os programas económicos nestes contextos de violência interna disseminada devem ser formulados com vista a promover a estabilidade e equidade, uma vez que as tensões sociais resultam tanto da percepção das desigualdades de riqueza e direitos como da sua própria constatação no dia-a-dia das pessoas (JEONG, 2005, p. 17).

Em contextos de conflito violento interno estas realidades tornam-se ainda mais complexas e problemáti-

cas. Nesta perspetiva, os direitos económicos e sociais devem ser considerados e implementados como essenciais em quaisquer circunstâncias, mas assumem uma importância ainda maior em cenários de conflito e pós-conflito violento normalmente alvos de intervenções externas. De facto, foi já argumentado que a negação de direitos humanos fundamentais, tais como o direito à vida, habitação ou alimentação, bem como a discriminação ou a exclusão sistemática e em larga escala de determinados grupos por parte das instituições do Estado ou dos mecanismos de decisão em sociedades com clivagens étnicas e religiosas estão frequentemente na origem de muitos dos atuais conflitos internos violentos. Tais conflitos demonstram simultaneamente quão importantes são os princípios de indivisibilidade e interdependência ao nível dos direitos humanos. De facto, os direitos civis e políticos por si só são insuficientes (para não dizer inúteis) se não forem complementados e reforçados pela satisfação e respeito pelos direitos de natureza económica e social, cruciais para garantir a sobrevivência e o bem-estar de todas as pessoas. Muitas das causas subjacentes a estes conflitos violentos encaixam naquilo a que John Burton (1990) chamou de 'necessidades humanas não satisfeitas' e que incluem segurança, sentimento de pertença, participação e bem-estar ao nível socioeconómico (e não apenas civil e político). De acordo com esta abordagem, de modo a poder viver e alcançar um nível de bem-estar, os seres humanos precisam de ver satisfeitas determinadas necessidades fundamentais. Isto significa que enquanto existirem setores da população a viver abaixo de *standards* aceitáveis de dignidade humana e em pobreza extrema, o ressentimento pode alimentar conflitos e violência, sobretudo se esses mesmos grupos tiverem vindo a ser discriminados durante longos períodos de tempo. Em virtude das consequências possíveis deste tipo de desigualdades, todos os esforços visando a prevenção de conflitos e a construção da paz devem incluir políticas e medidas que permitam monitorizar e corrigir essas mesmas desigualdades, numa lógica de médio, longo-prazo. Emprego, habitação condigna, educação e serviços de saúde deve assim ser o objetivo mais fundamental dos governos e dos atores internacionais envolvidos nestes processos e que devem igualmente envolver os vários grupos existentes na população (TIGERSTROM, 2001, p. 147). Mais recentemente, Ho-Won Jeong (2005) analisou e sublinhou também a importância de não isolarmos as componentes políticas, económicas, sociais e de segurança no quadro

das estratégias de intervenção, devendo assentar o mais possível naquele que é o tecido social e económico já existente. Neste sentido, apresenta um quadro concetual para a definição de políticas de *peacebuilding* e a coordenação das diferentes necessidades e atividades no terreno, concluindo que uma paz sustentável assente simplesmente numa lógica de justiça pode tornar-se uma ilusão, se definida na ausência de perspetivas mais estruturais e de longo-prazo, podendo não ser suficiente para pôr fim a estes conflitos (JEONG, 2005, p. 18).

O reconhecimento da existência de diferentes tipos de fatores subjacentes a estes conflitos, de natureza mais estrutural como as desigualdades sociais e económicas, torna-se fundamental na definição de estratégias alternativas para prevenir conflitos desta natureza e alcançar uma tão ambicionada paz sustentável. Este tipo de análise tem algumas semelhanças com o argumento estruturalista de Johan Galtung (1969) e que considera os conflitos violentos como sendo o resultado de formas mais estruturais e profundas de violência e desigualdade. De acordo com esta perspetiva, a ausência de desenvolvimento socioeconómico e de estruturas equitativas para a distribuição de recursos pode ser uma poderosa fonte de violência e instabilidade nas sociedades. A ausência ou negação do acesso a infraestruturas básicas, oportunidades de emprego, acesso à educação ou serviços de saúde pode efetivamente gerar fricções numa sociedade e, em última instância, manifestar-se na forma de conflito violento. Prevenir e resolver estes conflitos exige, pois, uma real mudança nas estruturas políticas, económicas e sociais de modo a remover as dinâmicas de desigualdade e opressão que levam ao conflito (RICHMOND, 2007, p. 88).

Nestas circunstâncias, responder às desigualdades ao nível dos direitos políticos e manter um contrato social equitativo entre o governo e a população deve ir a par com a retificação de ressentimentos e necessidades de natureza económica e mais estrutural (BESANÇON, 2005, p. 409). Dedicar mais atenção às dinâmicas de pobreza e desigualdade pode, então, melhorar as perspetivas de desenvolvimento económico no médio, longo-prazo e, por sua vez, de paz como tem sido verificado em vários casos³ (PARIS, 2001, p. 779).

³ Para mais informação ver Nancy Birdsall and Frederik Jaspersen (Ed.) (2007), *Pathways to Growth: Comparing East Asia and Latin America*, Washington D.C.: Inter-American Development Bank (*apud* PARIS, 2001, p. 779).

Todas estas abordagens e argumentos são interessantes e ajudam na tentativa de se identificarem as causas mais profundas dos conflitos bem como as medidas e estratégias mais apropriadas para tornar o conflito evitável a partir de respostas sustentáveis e capazes de lidar de forma eficaz com a sua multidimensionalidade e complexidade. Ainda assim, esse exercício não faz [normalmente] parte das agendas atuais e dominantes de prevenção de conflito e *peacebuilding*, as quais tendem a considerar a pobreza e a desigualdade apenas ao nível individual e não como um fenómeno de grupo (STEWART, 2002a, p. 3), muito menos como uma causa potencial de conflito violento. De facto, apesar de alguma investigação e análise ter procurado incluir a componente económica na explicação mais profunda dos conflitos internos (essencialmente através da inclusão de indicadores de crescimento económico, recursos disponíveis e manipulação das elites) (BESANÇON, 2005, p. 394), as realidades de desigualdade socioeconómica raramente são consideradas de forma séria como um elemento estimulador de conflito interno e ainda menos tido em conta nas estratégias implementadas. Contudo, em situações em que os maiores ressentimentos ocorrem entre grupos religiosos e étnicos com um longo historial de abusos e repressão ao nível político, social e económico, desigualdades socioeconómicas crescentes podem facilitar ou tornar mais comuns dinâmicas de rebelião e/ou contestação violenta (BESANÇON, 2005, p. 396). Alguns autores têm apoiado esta hipótese teoricamente e tentado compreender se e como as forças económicas contribuem realmente para o conflito violento, olhando não apenas para como dinâmicas de pobreza, desemprego ou crescimento económico desigual podem estimular não só descontentamento, mas também para como a violência e a instabilidade são usadas para ganhar (ou manter) acesso a recursos escassos (USAID, 2005, p. 16).

De acordo com esta visão, a pobreza e o crescimento económico estagnado ou negativo (bem como a existência de importantes recursos disponíveis) estão altamente correlacionados com a emergência de conflito interno violento. Mas apesar destas correlações, a relação entre desigualdades socioeconómicas e violência é frequentemente concebida de forma muito mais ambígua (USAID, 2005, p. 17) e limitada. De facto, os estudos contemporâneos em conflitos civis, nomeadamente os levados a cabo por Paul Collier (2000) e outros autores

ligados ao Banco Mundial, concluem que o risco de conflitos internos não aumenta com base nas desigualdades ao nível dos indivíduos (desigualdade vertical) (ØSTBY, 2003). Uma tendência mais recente nas teorias sobre conflitos civis enfatiza os benefícios económicos ou materiais que as elites procuram ganhar ou manter com a guerra, um argumento que tem sido usado e defendido tanto por economistas como por cientistas políticos e analistas das relações internacionais recorrendo aos motivos e constrangimentos financeiros que podem ser elementos determinantes para o conflito (ØSTBY, 2003; SAMBANIS, 2002). Estas abordagens teóricas opõem-se às teorias da privação relativa⁴ e rejeitam a ideia de que a frustração leva ao conflito, com base no argumento de que a desigualdade e o descontentamento estão mais ou menos presentes em praticamente todas as sociedades. Consequentemente, os proponentes da chamada ‘mobilização por recursos’ ou ‘oportunidade de mobilização’ acreditam que os fatores explicativos mais diretos e influentes não considerados ressentimentos percebidos, mas antes oportunidades financeiras e políticas para a mobilização de grupos rebeldes (ØSTBY, 2003, p. 6; COLLIER, 2000). Collier e outros autores focaram-se diretamente na ajuda pós-conflito com vista à interrupção daquilo a que chamaram de ‘armadilha do conflito’⁵ e recorrendo também à abordagem da ‘ganância e do ressentimento’⁶ (WOODWARD, 2007). No quadro desta abordagem, Collier sublinha especificamente a existência e a influência direta de agendas económicas [muitas vezes escondidas] como causas de conflito interno violento. De facto, na equação entre ‘ganância e ressentimento’ Collier questiona o papel do ressentimento como variáveis centrais para a explicação destas realidades de conflito, considerando muito menos a importância dos fatores económicos (COLLIER, 2000). Deste modo, a verdadeira causa dos conflitos internos violentos não são os ressentimentos (tanto da população em geral como de grupos específicos), mas antes a força silenciosa da ganância de grupos especifi-

cos, nomeadamente criminosos, oportunistas, ligados ao mercado ilegal e a grupos rebeldes armados, todos eles partilhando o seu interesse na perpetuação do conflito e opondo-se claramente aos processos de paz. No quadro deste argumento, algumas sociedades são assim mais propensas ao conflito do que outras porque a rebelião pode oferecer ganhos económicos mais elevados do que a paz. Contudo, e uma vez que a narrativa dos ressentimentos é frequentemente muito melhor acolhida pelos atores internacionais envolvidos nestes contextos do que o argumento da ganância, o discurso usado pelos grupos que se beneficiam economicamente com o conflito é geralmente dominado e instrumentalizado pelo fator ressentimento (COLLIER, 2000)⁷. Além disso, e ainda de acordo com este argumento, ao aceitar-se a ideia de que o ressentimento causa conflito estar-se-ia a assumir também que as intervenções levadas a cabo pelos atores internacionais deveriam ser orientadas para responder às causas objetivas desse ressentimento, nomeadamente a redução da desigualdade e o aumento dos direitos civis. Contudo, Collier considera também que estes objetivos, independentemente de quão nobres ou desejáveis sejam, podem mostrar-se ineficazes e contraproducentes nas tentativas de alcançar a paz sustentável (COLLIER, 2000a, p. 15). Como resultado deste raciocínio, Collier argumenta que o reconhecimento do papel destas agendas económicas escondidas exige abordagens novas e alternativas em termos de prevenção de conflito e *peacebuilding* por parte dos atores internacionais.

A centralidade do fator ganância na equação do conflito requer mecanismos de intervenção e políticas diferentes, centradas na dimensão dos ganhos económicos resultantes do conflito. Collier sugere então políticas e medidas que restrinjam a entrada de bens ilegais nos mercados internacionais, combatam a pobreza através da ajuda ao desenvolvimento, estimulem mercados internos mais competitivos, evitem manipulação e monopólio por parte de certos grupos, estimulem transições democráticas rápidas e reforcem o envolvimento internacional ao nível da mediação e negociação de acordos de paz (COLLIER, 2000).

⁴ A abordagem da privação relativa explica a violência individual e de grupo tratando o sentimento de privação relativa como sendo o fator mais importante na criação de ressentimentos e na mobilização das pessoas para que adotem um comportamento violento. No centro destes ressentimentos está a ideia de que a violência resulta de um gap intolerável entre o que as pessoas querem e o que realmente têm e conseguem (PORTO, 2008, p. 59).

⁵ Em inglês, ‘conflict trap’.

⁶ Em inglês, ‘greed and grievance’.

⁷ Collier identifica especificamente alguns fatores que podem aumentar a propensão para o conflito interno ligado à sua teoria da ganância: elevada dependência económica das exportações de bens primários; baixos níveis de educação; elevada proporção de população jovem; baixos níveis de crescimento económico.

Contudo, apesar da importância de se chamar a atenção para os proventos económicos resultantes do conflito violento em muitas sociedades, esta é também uma visão bastante limitada uma vez que deixa de fora muitos outros fatores importantes para explicar e compreender conflitos desta natureza. Argumentos alternativos tornam-se, assim, importantes para reorientar e repensar as análises mais comuns, dominantes e frequentemente limitadas sobre esta temática. Mary Kaldor, por exemplo, argumenta que apesar da existência de condições económicas objetivas que podem estimular dinâmicas de perpetuação do conflito (que podem tornar-se uma forma de estruturação económica e social das sociedades), a motivação económica por si só não é suficiente para explicar a escala, brutalidade e natureza prolongada destes conflitos (KALDOR, 1999, p. 106). Ainda assim, e apesar das divergências existentes ao nível académico, a realidade sugere que as disparidades socioeconómicas podem, de fato, criar importantes incentivos para a violência, especialmente entre grupos diferentes e se um determinado grupo religioso ou étnico for (ou tiver sido) sistematicamente excluído de oportunidades e condições económicas equitativas (BALLENTINE; SHERMAN, 2003 *apud* USAID, 2005, p. 17).

De acordo com Ted Gurr (1970), por exemplo, o descontentamento resultante da percepção da privação relativa ao nível individual ou de um grupo tende a ser vista como um dos fatores mais básicos e cruciais para contribuir para a participação em dinâmica e atos de violência (*apud* BESANÇON, 2005, p. 395). A teoria da privação relativa de Gurr identifica um sentimento de injustiça como fonte de revolta social, e a abordagem da frustração-agressão considera a frustração uma condição suficiente para a agressão (GURR *apud* RICHMOND, 2007, p. 88).⁸ De acordo com esta análise, Gurr refere-se ao descontentamento que as pessoas sentem quando comparam a sua posição e situação com outros no mesmo patamar e tomam consciência de que têm menos do que mereciam. Esta é então vista como uma causa potencial de movi-

mentos sociais, podendo levar a situações extremas de violência política e guerras (GURR, 1970). Neste contexto, a privação relativa ocorre quando a expectativa relativamente à satisfação das necessidades aumenta ao longo do tempo, ao mesmo tempo que os níveis de satisfação dessas necessidades se mantêm ou decrescem. Quanto mais desigual for a distribuição e satisfação dessas necessidades e direitos, maior a frustração (ELLINGSEN, 2000, p. 235). Como consequência, a diferença crescente entre o esperado e o real causa frustração e contribui para a mobilização das pessoas; e, em determinadas condições, para o conflito violento (BESANÇON, 2005, p. 396). Ao sublinhar a importância da percepção, a desigualdade ou ressentimento percebidos tornam-se tão relevantes como as condições objetivas (CHABAL et al, 2005, p. 19).

O debate em torno do papel das desigualdades nos conflitos internos violentos tem-se também centrado cada vez mais na ideia de desigualdades horizontais⁹, isto é, desigualdades sistémicas entre grupos culturalmente formados e estabelecidos (STEWART, 2002a). A teoria das desigualdades horizontais elaborada por Frances Stewart centra-se nas desigualdades entre grupos e inclui não apenas a questão da participação política mas também, e acima de tudo, às questões relacionadas com recursos económicos, emprego, rendimento ou acesso a serviços sociais (SMOLJAN, 2003, p. 237). O argumento central de Stewart é o de que as desigualdades horizontais interessam às pessoas de diferentes grupos e podem, em última instância, levar à infelicidade, ressentimento e contribuir para a instabilidade social (STEWART, 2002a, p. 8). As desigualdades horizontais são assim apresentadas como importantes e multidimensionais uma vez que têm impacto tanto ao nível do bem-estar individual como da estabilidade social (e ambos estão relacionados).

O conceito de desigualdade horizontal capta então as dinâmicas de desigualdade no contexto de grupos com identidades comuns em termos de distribuição de rendimento, recursos, oportunidades de educação, participação política, entre outros. Esta visão assume assim que a importância e significado das desigualdades desta

⁸ A literatura sobre privação relativa está bem organizada na obra de Ted Gurr *Why Men Rebel* (1970). A ideia da privação relativa tem sido usada tanto para medir justiça e desigualdade como para explicar ressentimentos, hostilidade social ou agressão. É, ainda assim, essencial que a privação não seja baseada apenas em desejos ou necessidades por si só, mas também em necessidades e desejos que sentimos merecer realmente.

⁹ Considera-se que a desigualdade horizontal é importante porque qualquer grupo procurando organizar-se para lutar por uma determinada agenda enfrenta um problema de 'ação coletiva', em que o grupo pode ver-se incapaz de cooperar em virtude de suspeição mútua (YANACOPOLUS; HANLON, 2006, p. 153).

natureza assentam tanto na percepção sobre as desigualdades como nas suas características distributivas objetivas (CHABAL et al, 2005, p. 22-23). Neste contexto, vários aspetos das desigualdades horizontais têm sido considerados importantes causas de comportamento violento ao nível de grupo: acesso desigual a bens (terra, capital) essenciais para a sobrevivência e bem-estar das pessoas; acesso desigual a empregos remunerados; acesso desigual a serviços sociais públicos; e benefícios desiguais ao nível de oportunidades económicas. Stewart avança ainda com algumas hipóteses económicas para explicar a ocorrência de conflito interno violento, baseando-se em fatores relacionados com a motivação de grupo ou o falhanço do contrato social (STEWART, 2002, p. 343). Relativamente à hipótese da motivação de grupo, uma vez que a maioria destes conflitos envolve grupos diferentes lutando uns contra os outros, os motivos, ressentimentos e ambições dos grupos podem gerar importantes motivações para a guerra. Estes grupos podem obviamente ser distinguidos em termos étnicos, religiosos ou culturais, mas as diferenças de grupo apenas se tornam relevantes em termos de luta violenta se estiverem em causa outras diferenças importantes, nomeadamente envolvendo o acesso a, e distribuição de, poder e direitos políticos ou económicos. Neste sentido, a exclusão a estes níveis pode também tomar a forma de uma desigualdade horizontal real ou percebida (YANACOPOLUS; HANLON, 2006, p. 158). Neste contexto, os grupos vítimas de privação relativa tenderão a procurar remediar a situação, mas quando tal não acontece, o recurso à violência pode ser uma opção. Ressentimentos inspirados por diferenças de grupo - designados aqui de desigualdades horizontais-, são assim considerados causas importantes de conflito interno violento¹⁰ (STEWART, 2002, p. 343).

Nesse sentido, as estratégias de prevenção de conflito e *peacebuilding* devem partir de um entendimento claro destas desigualdades e fornecer as respostas adequadas. Do ponto de vista económico, por exemplo, as

políticas e estratégias deveriam incluir investimento público, políticas de emprego equitativas, de educação e de acesso aos serviços públicos, entre outras. Do ponto de vista político, as medidas deverão envolver políticas e estruturais mais inclusivas e equitativas, evitando gerar monopólio de poder político por parte de um ou outro grupo, que podem contribuir para gerar ou reforçar ainda mais as desigualdades e a violência (STEWART, 2002a, p. 34). Neste sentido, reconstituir o contrato social que sustenta a paz é um passo essencial em contextos de conflito e pós-conflito violento e que requer uma política de crescimento e desenvolvimento inclusiva e abrangente de modo a responder às desigualdades horizontais que se vão gerando e perpetuando (YANACOPOLUS; HANLON, 2006, p. 159). O estudo do papel das desigualdades socioeconômicas na ocorrência de conflitos violentos internos implica também um levantamento sério de como as desigualdades são (ou foram) institucionalizadas e moldadas pelos processos históricos e mudanças ao nível das relações sociais, políticas e económicas (CRAMER *apud* CHABAL et al, 2005, p. 38).

Mesmo se o crescimento económico negativo e as desigualdades estão relacionadas com a ocorrência de conflitos violentos, é importante não cair na ideia simplista de que uma agenda alternativa de desenvolvimento económico irá, por si só, naturalmente e imediatamente pôr fim a esse mesmo conflito. Pelo contrário, se contribuir para a exacerbação de divisões pré-existentes poderá inclusivamente piorar ainda mais a situação. O projeto liberal, por exemplo, tende a centrar-se num modelo de desenvolvimento que não responde necessariamente aos problemas fundamentais, podendo inclusivamente agravá-los e/ou perpetuá-los. O projeto de paz liberal é, de facto, normalmente apresentado como estando assente numa ideia de paz com duas dimensões: liberalização económica apoiada pela liberalização política e vice-versa. Estas duas dimensões combinam-se e apresentam-se como princípios dos paradigmas de *peacebuilding* dominantes. De acordo com Salih, contudo,

[...] despite its noble objectives, this conception of liberal peace (especially in African contexts) has suffered a serious blind spot inherent in the liberalism and the liberalization processes it proposed. In fact, instead helping address the more structural factors of violence – such as poverty and inequality- it has ended up privileging the liberal aspects of peace (democracy and rule of law) and neglecting the social and economic dimension. (SALIH, 2008, p. 182)

¹⁰ Além disso, a análise realizada demonstra que as desigualdades horizontais têm frequentemente a sua origem em circunstâncias históricas, tais como políticas coloniais que tenderam a privilegiar alguns grupos em detrimento de outros. Por vezes, contudo, tais desigualdades não são causadas por ação deliberada, mas simplesmente tornam-se evidentes em determinadas circunstâncias (STEWART, 2002a *apud* ØSTBY, 2003, p. 20).

A nossa análise sugere então que podem ser retiradas daqui importantes conclusões para países considerados mais propensos ao conflito, baseadas na assunção de que políticas económicas e sociais realistas e adequadas são fundamentais para responder, de forma sistemática, às desigualdades existentes em determinados contextos e que, como vimos, podem ser cruciais para a ocorrência de conflitos violentos. Isto sugere basicamente que reduzir, de forma eficaz, desigualdades horizontais profundas através de políticas socioeconómicas sustentáveis e equitativas é um passo essencial para eliminar uma parte importante das causas de conflito violento.

Contudo, no quadro do modelo dominante de *peacebuilding*, o sucesso depende geralmente de três condições principais: estabelecimento da segurança; boa governação (incluindo democracia e estado de direito); e criação de economias de mercado. Apesar de estes serem considerados elementos importantes em matéria de *peacebuilding*, estas estratégias pecam pela inexistência de um programa deliberado que vise a interligação entre as necessidades imediatas no pós-conflito e as necessidades de desenvolvimento, crescimento e estabilização no médio, longo-prazo (FORMAN, 2002, p.125), nomeadamente ao nível económico. Até muito recentemente, as tarefas de natureza socioeconómica eram consideradas parte de programas de assistência de longo-prazo que apenas poderiam ser iniciadas quando a paz estivesse reestabelecida, imperando obviamente uma conceção (a nosso ver limitada) de paz negativa (ausência de conflito). Contudo, alguma investigação e experiência têm demonstrado que com o fim do conflito se abre uma pequena 'janela de oportunidade' para que a esperança económica e o bem-estar possam ser restaurados (FORMAN, 2002, p. 126). É nosso entender, portanto, que essas oportunidades devem efetivamente ser aproveitadas. Neste contexto, medidas e políticas que podem realmente ajudar a garantir e satisfazer os direitos e necessidades de natureza socioeconómica da população em contextos de conflito e pós-conflito são fundamentais. Tais medidas incluem não apenas reformas constitucionais e legislativas, mas também o uso e reforço de instituições não judiciais que possam ajudar a proteger, monitorizar e implementar os direitos e garantias socioeconómicas a nível interno (TIGERSTROM, 2001, p. 139). A criação e reforço das instituições nacionais de direitos humanos podem também contribuir para a inclusão dos direitos económicos

e sociais nas agendas políticas, promovendo a justiça e mecanismos reforçados de proteção dos indivíduos nomeadamente de abusos por parte do Estado em matérias socioeconómicas (SAMBANIS, 2001, p. 281). Apesar de estas mudanças profundas terem de resultar da vontade e ação de atores internos, os atores externos têm igualmente uma grande responsabilidade na redução destas desigualdades e problemas estruturais através da promoção de políticas inclusivas e sustentáveis. Como refere Jeong, novas fronteiras e prioridades sociais e económicas têm que ser definidas de modo a garantir a base para uma reconstrução e paz efetivas ao nível dos diferentes grupos da sociedade (JEONG, 2005, p. 126).

2 Considerações finais

Fica claro com a análise anterior que os conflitos violentos são fenómenos extremamente complexos e que não ocorrem simplesmente em virtude de um único fator, seja ele étnico, religioso, ligado a ressentimentos ou à ganância de alguns. Conflitos desta natureza complexa ocorrem quando uma variedade de causas que se encontram não só à superfície, mas também nas estruturas mais profundas de uma determinada sociedade se juntam e se reforçam. Causas importantes de conflito incluem, como vimos, desigualdades políticas, económicas e sociais, pobreza extrema, estagnação económica, má governação, níveis elevados de desemprego e incentivos económicos para a violência (STEWART, 2002, p. 342). Além disso, as desigualdades de rendimento não só põem em causa a paz como também prejudicam as possibilidades de crescimento económico no longo-prazo (JEONG, 2005, p. 131). Interpretações alternativas devem incluir, portanto, fatores específicos e mais estruturais de natureza económica que contribuam para as tensões e, em último caso, para o conflito violento. Nesse sentido, para reduzir a probabilidade de conflito e promover uma paz sustentável nestes contextos é essencial promover um desenvolvimento inclusivo, reduzir desigualdades de grupo e combater o desemprego no imediato pós-conflito (STEWART, 2002, p. 342). Isto significa que é fundamental definir medidas que incluam uma dimensão estrutural de garantia de direitos económicos e sociais de todos, nomeadamente no quadro dos acordos de paz. De modo a responder às necessidades socioeconómicas mais urgentes das pessoas no pós-conflito, deve ser dada prioridade à garantia de

bens, serviços e oportunidades sociais e econômicas à população. As prioridades ao nível das estratégias dominantes de paz e *peacebuilding* devem, pois, ser redefinidas e reorientadas nesse sentido, de modo a tornarem-se mais sustentáveis e eficazes. Políticas de desenvolvimento e incentivos socioeconômicos sustentáveis e realistas devem então ser orientadas para a melhoria das condições de vida das pessoas como um passo essencial para a melhoria das condições para alcançar a paz e, conseqüentemente, para a satisfação das necessidades dos grupos marginalizados econômica e socialmente, beneficiando toda a comunidade (JEONG, 2005, p. 124).

Estas são prioridades fundamentais de modo a tornar visíveis as desigualdades e causas mais profundas estruturais e que poderão, como se tem verificado, comprometer os esforços de paz, em especial aqueles que são, na sua origem, extremamente incompletos e frágeis.

Referências

- BESANÇON, Marie. Relative resources: inequality in ethnic wars, revolutions and genocides. *Journal of Peace Research*, v. 42, n. 4, p. 393-415, 2005.
- BROWN, Michael E. The Causes of Internal Conflict: an Overview. In: BROWN, Michael et al (Ed.) *Nationalism and Ethnic Conflict* (An International Security Reader). Cambridge: The MIT Press, 1997. p. 3-25.
- BURTON, John. *Conflict Resolution: the human dimension*. Disponível em: <http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol3_1/burton.htm> Disponível em: 4 dec. 2008.
- BURTON, John. *Conflict: basic human needs*. New York: St. Martins Press, 1990.
- CHABAL, Patrick; ENGEL, Ulf; GENTILI, Anna-Maria. *Is Violence Inevitable in Africa?: theories of conflict and approaches to conflict prevention*. Leiden/Boston: Brill, 2005.
- COLLIER, Paul. Doing Well Out of War: an Economic Perspective. In: BERDAL, M.; Malone (Ed.). *Greed and Grievance: economic agendas in civil wars*. Boulder CO.: Lynne Rienner, 2000b. p. 91-111.
- COLLIER, Paul. Economic causes of civil conflict and their implications for policy. Washington: Development Research Group, World Bank, 2000a.
- ELLINGSEN, Tanja. "Colorful community or ethnic witches brew? Multiethnicity and domestic conflict during and after the Cold War. *Journal of Conflict Resolution*, v. 44, n. 2, p. 228-249, 2000.
- FORMAN, Johanna Mendelson. Achieving Socio-economic Well-Being in Postconflict Settings. *The Washington Quarterly*. Washington, v. 25, n. 4, p. 125-138, 2002.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*. v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969
- GURR, Ted Robert. *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.
- JEONG, Ho-Won. *Peacebuilding in Post-conflict Societies: Strategies and Process*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.
- KALDOR, Mary. *New and Old Wars*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- OOSTERVELD, Valerie, (Ed.) Giving Meaning to Economic, Social and Cultural Rights. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- ØSTBY, Gudrun. *Horizontal Inequalities and Civil War: do ethnic group inequalities influence the risk of domestic armed conflict?*. Oslo: Norwegian University of Science and Technology (NTNU) and International Peace Research Institute (PRIO), 2003.
- PARIS, Roland. Wilson's Ghost: The Faulty Assumptions of Post-conflict Peacebuilding. In: CROCKER, Chester; HAMPTON, Fen Olser; AALL, Pamela (Ed.) *Turbulent Peace: the challenges of managing international conflict*. Washington D.C.: United States Institute of Peace Press, 2001. p. 765-784.
- PORTO, João Gomes. The mainstreaming of conflict analysis in Africa: contributions from theory. In: FRANCIS, David (Ed.). *Peace and Conflict in Africa*. London/New York: Zed Books, 2008. p. 46-67.
- PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. *International Journal of Peace Studies*., Taiwan, v.10, n. 2, p. 23-42, 2005.
- PUTA- CHEKWE, Chisanga; FLOOD, Nora. From Division to Integration: Economic, Social and Cultural Rights as Basic Human Rights. In: MERALI, Isfahan; OOSTERVELD, Valerie (Ed.). *Giving Meaning to Economic, Social and Cultural Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001. p. Philadelphia: University of Pennsylvania Press 2001. p. 39-51.

RICHMOND, Oliver P. *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

SALIH, M. A. Mohamed. .Poverty and human security in Africa: the liberal peace debate. In: FRANCIS, David (Ed.) *Peace and Conflict in Africa*. London/New York: Zed Books, 2008. p. 171-184.

SAMBANIS, Nicholas. A Review of Recent Advances and Future Directions in the Literature on Civil War. *Defence and Peace Economics*. v. 13, n. 3, p. 215-243, 2002.

SMOLJAN, Jelena The relationship between peacebuilding and development *Conflict, Security & Development*. v.3 n. 2, p. 233-250, 2003.

STEWART, Frances. *Horizontal Inequalities: a neglected dimension of development: queen elizabeth house working paper*. Oxford: University of Oxford, 2002a.

STEWART, Frances. Root Causes of Violent Conflict in Developing Countries *British Medical Journal*, v.324, n. 7333, p. 342-345. 2002. Disponível em: <<http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1122271&blobtype=pdf>> Acesso em: 10 jun. 2006.

TIGERSTROM, Barbara Von. Implementing Economic, Social and Cultural Rights: The Role of National Human Rights Institutions. In: MERALI, Isfahan; OOSTERVELD, Valerie (Ed.). *Giving Meaning to Economic, Social and Cultural Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001. p. 139-159.

TSCHIRGI, Necla. *Peacebuilding as the link between Security and Development: is the window of opportunity closing?*. New York: International Peace Academy (Studies in Security and Development), 2003. p. 1-18, 2003. Disponível em: <http://www.ipacademy.org/pdfs/PEACEBUILDING_AS_THE_LINK.pdf> Acesso em: 18 jan. 2008.

USAID, Conducting a Conflict Assessment: a framework for strategy and program development. Disponível em: <http://www.usaid.gov/our_work/cross_cutting_programs/conflict/publications_docs/CMM_Confl_AssessFramework_8-17-04.pdf> Acesso em: 16 mar. 2006.

WOODWARD, Susan. Do the 'Root Causes' of Civil War Matter?: on using knowledge to improve peacebuilding interventions. *Journal of Intervention and Peacebuilding*, Essex e Filadélfia, v. 1, n.2, p. 143-170. 2007.

YANACOPOLUS, Helen; HANLON, Joseph. *Civil War, Civil Peace*. London: James Currey Publishers, 2006.